

RECOMENDAÇÃO

Os membros do Conselho Geral (CG) do SPGL sublinham o papel relevante do nosso sindicato, em conjunto com os restantes sindicatos da FENPROF, na greve às avaliações dos professores e educadores, realizada em unidade com todos os seus sindicatos. Uma luta que – embora não tendo ainda conseguido obrigar o Governo e o ME a cumprirem os compromissos assumidos com as organizações sindicais – foi interrompida sem os professores estarem derrotados, ao mesmo tempo que reforçaram a sua unidade e capacidade de mobilização para retomar o processo no início do próximo ano lectivo.

Será uma retoma que irá coincidir com as mobilizações dos trabalhadores de outros sectores e que dizem respeito aos interesses de toda a população, como é caso do SNS, da Justiça e da Segurança.

Os membros do CG do SPGL – conscientes do impacto e da força da unidade dos professores e educadores em todo o movimento sindical – apoiarão e ajudarão a concretizar todas as iniciativas do nosso sindicato e da FENPROF que contribuam para que os trabalhadores do Ensino consigam articular a sua mobilização com estes sectores, no sentido de preservar os serviços públicos.

Neste sentido, lembram o passo dado pela FENPROF quando publicamente se encontrou com as direcções sindicais dos oficiais de justiça, dos guardas prisionais e das forças de segurança, sobre a perspectiva de construir uma Plataforma de ação comum. Um passo que milhares de professores – em particular os militantes que têm mais consciência das dificuldades da luta – viram com bons olhos e que reforçou o respeito pela FENPROF de toda a opinião pública (bem como dos detratores do movimento sindical).

É neste contexto que, os membros do CG do SPGL sugerem à Direcção do nosso sindicato que apresente no Conselho Nacional da FENPROF uma proposta que lhe permita um desafio público a todos sindicatos dos trabalhadores da Administração Pública, em particular dos médicos e enfermeiros, para uma mobilização que permita unir todos os trabalhadores destes sectores, no momento em que está em negociação a proposta do Orçamento do Estado para 2019 e respetiva aprovação.

Lisboa, 19 de julho de 2018

Aprovada por maioria, com 1 voto contra e 13 abstenções, na reunião do Conselho Geral de 19 de julho de 2018